

STJ00056022 - V. 1

ARRUDA ALVIM

MANUAL  
DE DIREITO  
PROCESSUAL  
CIVIL

Volume 1

*Parte Geral*

9.<sup>a</sup> edição revista, atualizada e ampliada

EDITORA   
REVISTA DOS TRIBUNAIS

# SUMÁRIO

PREFÁCIO À 9. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	7
PREFÁCIO À 8. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	9

## Vol. 1

### I – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Denominação e âmbito .....	19
2. O processo contencioso e o de jurisdição voluntária .....	22
3. Definição de Direito Processual Civil .....	23
4. Princípios informativos e fundamentais do processo civil .....	23
5. Evolução histórica do Direito Processual Civil .....	40
6. Processo civil romano .....	41
7. Período das <i>legis actiones</i> .....	41
8. Período do processo formulário .....	42
9. Período da <i>extraordinaria cognitio</i> .....	43
10. Processo romano-barbárico .....	44
11. O processo comum na Itália .....	45
12. Período dos glosadores .....	45
13. Período dos pós-glosadores .....	45
14. Período da jurisprudência culta .....	46
15. O processo comum na Alemanha .....	46
16. História do processo na Península Ibérica e respectivas implicações no Direito brasileiro – O “Forum Juditium” (“Fuego Juzgo”) .....	47
17. As Ordenações – Especialmente as Filipinas .....	48
18. O Brasil e sua legislação depois da Independência .....	49
19. O Regulamento 737 .....	49
20. A República e o processo civil – Os Códigos de Processo Civil Estaduais ....	49
21. A reunificação do processo civil .....	50
21-A. As tendências atuais do processo civil – A socialização do processo civil – A fase hodierna do processo civil brasileiro .....	56

## II – REVISÃO DOGMÁTICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL – SUA CORRESPONDÊNCIA À EVOLUÇÃO DO SISTEMA JURÍDICO

22.	A reelaboração do Direito no século XIX .....	85
23.	Autonomia do direito da ação .....	87
24.	Moderna classificação das ações .....	87
25.	O processo concebido como contrato ou quase contrato .....	89
26.	O processo como instrumento predominantemente técnico .....	91
27.	As relações entre o Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito ...	92
28.	O processo civil e o Direito Penal .....	92
29.	O processo civil e o Direito Constitucional .....	93
30.	O processo civil, o Direito Administrativo e o Direito Tributário .....	98
31.	O processo civil e o Direito Civil .....	99
32.	O processo civil e o Direito Comercial .....	101
33.	O processo civil e o Direito Processual do Trabalho .....	103

## III – AS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

34.	Norma jurídica .....	105
35.	Normas cogentes e dispositivas .....	109
36.	Norma processual e norma substancial – Natureza da norma processual civil ....	110
37.	Classificação das normas processuais civis .....	112
38.	As fontes da norma processual civil .....	121
39.	Competência para legislar sobre Direito Processual Civil .....	122
40.	Normas processuais na Constituição Federal .....	124
41.	Outras normas constitucionais que versam sobre matéria processual .....	128
42.	Fontes subsidiárias da norma processual civil .....	130
43.	Analogia .....	133
44.	Costume .....	135
45.	Os princípios gerais do Direito .....	136
46.	A jurisprudência e o processo civil .....	137
47.	Da interpretação das leis em geral .....	142
48.	Interpretação da lei processual civil .....	145
48-A.	Evolução da hermenêutica e o processo civil .....	150

## IV – DA JURISDIÇÃO – O ESTADO DE DIREITO E A FUNÇÃO JURISDICIONAL

49.	O Estado de Direito .....	155
50.	Sistema de jurisdição .....	159

51.	Natureza da função jurisdicional e suas características .....	159
52.	Os princípios fundamentais da jurisdição .....	162
53.	A independência do Judiciário (da Justiça) .....	164
54.	O direito de ação e a amplitude da função jurisdicional em nosso Direito .....	169
55.	Inconstitucionalidade de lei – Inconstitucionalidade incidental .....	170
55-A.	Controle concentrado da constitucionalidade .....	184
56.	O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário .....	186
56-A.	A reforma do Poder Judiciário .....	189
56-B.	A função jurisdicional no controle da constitucionalidade ( <i>especialmente</i> do STF) e o princípio da proporcionalidade .....	194

## V – FUNÇÕES E ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

57.	A jurisdição voluntária .....	203
58.	Funções do Poder Judiciário e funções judiciárias .....	208
59.	Órgãos não judiciários com funções jurisdicionais .....	209
60.	Órgãos judiciários .....	209
61.	Regimento dos tribunais .....	213
62.	Organização judiciária .....	215
63.	Normas disciplinadoras da organização judiciária .....	216
64.	Possibilidade de conflito entre as normas de organização judiciária e a lei do processo .....	218
65.	Competência funcional nas fases do procedimento e os limites da organização judiciária no primeiro grau de jurisdição .....	218
66.	Competência interna dos tribunais .....	220
67.	Os limites das normas de organização judiciária, particularmente no segundo grau de jurisdição .....	220
68.	Auxiliares da Justiça .....	221
69.	Normas sobre organização judiciária no Estado de São Paulo que interessam ao processo civil .....	225

## VI – DA COMPETÊNCIA

70.	Jurisdição e competência .....	231
71.	Definição de competência .....	238
72.	A competência no quadro dos pressupostos processuais .....	240
73.	Distinção entre incompetência e impedimento .....	244
74.	A divisão tripartida da competência .....	245
75.	Competência objetiva .....	246

76.	Competência territorial .....	247
77.	Competência funcional .....	248
77-A.	A competência jurisdicional em se tratando de mandado de segurança .....	250
78.	Competência funcional recursal .....	253
79.	Competência funcional nas fases do procedimento .....	253
80.	Competência internacional e interna .....	253
81.	Competência exterior e interior .....	254
82.	Foro competente .....	255
83.	Foro geral .....	256
84.	Foros especiais .....	259
85.	O artigo 95 .....	260
86.	O artigo 96 .....	264
87.	O artigo 97 .....	267
88.	O artigo 98 .....	267
89.	O artigo 99 .....	267
90.	O artigo 100 .....	268
91.	O artigo 101 .....	276
92.	Foro de eleição .....	276
93.	Foro e juízo .....	280
94.	Incompetência relativa .....	281
95.	Incompetência absoluta .....	284
95-A.	A competência no sistema das leis extravagantes .....	287

## VII – A COMPETÊNCIA NA COMARCA DE SÃO PAULO

96.	Competência do foro central e dos foros regionais .....	293
97.	Competência afeta aos foros regionais .....	297
98.	Competência das varas dos Registros Públicos .....	299
99.	Competência das varas da Fazenda Pública na Capital do Estado .....	300

## VIII – A JUSTIÇA FEDERAL

100.	Introdução .....	301
101.	A Justiça Federal e a Constituição .....	302
102.	A Justiça Federal e a sua lei .....	309
103.	A jurisdição da Justiça Federal é absoluta .....	310
104.	Hipóteses de intervenção federal na causa e a competência da Justiça Federal ....	311
105.	As sociedades de economia mista (com participação da União) não se submetem à Justiça Federal .....	312

105-A. Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal .....	312
--	-----

### IX – PREVENÇÃO – *PERPETUATIO IURISDICTIONIS* – CONEXÃO E CONTINÊNCIA

106. Prevenção .....	314
107. Conexão de causas .....	318
108. Continência de causas .....	323
109. <i>Perpetuatio iurisdictionis</i> .....	324

### X – CONFLITO DE COMPETÊNCIA

110. Introdução .....	329
111. O tratamento dado à matéria pelo nosso Código e entre tribunais estaduais .....	329
112. Procedimento do conflito de competência .....	332

### XI – TEORIA DA AÇÃO

113. Os conflitos de interesse e as respectivas soluções .....	335
114. Noção de direito objetivo e de direito subjetivo .....	336
115. Considerações sobre a ação e o direito subjetivo no prisma judicial .....	338
116. Nossa posição acerca do direito subjetivo .....	340
117. Teoria civilista a respeito da ação .....	342
118. Posição de Adolf Wach .....	343
119. Posição de Chiovenda .....	345
120. Observações críticas à teoria civilista, à do direito concreto, à da tutela jurídica e à da ação como direito potestativo .....	346

### XII – A AÇÃO EM NOSSO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

121. Definição de ação .....	351
122. As condições da ação em nosso Direito positivo .....	352
122-A. O interesse de agir a partir do Direito Privado e no âmbito do Direito Público .....	359
123. Particularmente a ação declaratória e seus problemas práticos – Declaratória e violação do direito .....	361
124. Declaratória e mero fato .....	362
125. Ação declaratória e reconvenção .....	363
126. Declaratória e cumulação de ações .....	364
127. Declaratória, cláusula contratual e outras hipóteses .....	364

128.	Declaratória e falsidade de documento .....	365
129.	A ação declaratória incidental .....	366
130.	O papel do “fato” na teoria da ação .....	369
131.	O conceito de mérito .....	372
132.	O mérito e as condições da ação .....	372
133.	Cumulação de pretensões .....	375
134.	Concorrência de ações .....	381
135.	Objeto litigioso ou lide .....	384
136.	Elementos da ação .....	385
137.	As partes e sua identificação .....	386
138.	O objeto .....	387
139.	Fundamento legal .....	389
140.	Fundamentação jurídica e <i>causa petendi</i> .....	389
141.	A <i>causa petendi</i> nas ações pessoais e nas ações reais .....	390

### XIII – ATO PROCESSUAL

142.	Atos jurídicos e atos processuais .....	393
143.	Classificação dos atos processuais .....	395
144.	Forma dos atos processuais .....	400
145.	As nulidades dos atos processuais .....	402

### XIV – O TEMPO NO PROCESSO

146.	Prazos e preclusão .....	410
147.	Os princípios informativos do processo e os prazos .....	411
148.	Os princípios da utilidade, continuidade, peremptoriedade e preclusão .....	412
149.	Dos prazos e sua classificação .....	419
150.	Da contagem dos prazos .....	422
151.	Os prazos mais importantes .....	425
152.	Da preclusão .....	426

### XV – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

153.	A relação jurídica processual .....	433
154.	Pressupostos processuais da existência da relação jurídica processual .....	435
155.	Requisitos da validade da relação jurídica processual .....	440
156.	Pressupostos processuais negativos .....	443

## XVI – DO MINISTÉRIO PÚBLICO

157.	A moderna função do Ministério Público .....	445
158.	Os princípios estruturais do Ministério Público .....	446
159.	Os princípios estruturais e os da atuação do Ministério Público .....	447
160.	Princípios que presidem a direção e disciplina do Ministério Público .....	448
161.	O Ministério Público e o nosso Direito Constitucional .....	449
162.	O Ministério Público e sua posição político-jurídica .....	451
163.	Da atuação do Ministério Público. ....	452

## XVII – DO ADVOGADO

164.	Capacidade postulatória .....	464
165.	A função do advogado .....	471
166.	Deveres do advogado em face do Código de Processo Civil .....	474
167.	Direitos do advogado em face do Código de Processo Civil .....	476

ÍNDICE LEGISLATIVO .....	485
--------------------------	-----

ÍNDICE ONOMÁSTICO .....	511
-------------------------	-----

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....	519
-----------------------------------	-----

OBRAS DO AUTOR .....	557
----------------------	-----



STJ00056023 - V. 2

ARRUDA ALVIM

MANUAL  
DE DIREITO  
PROCESSUAL  
CIVIL

Volume 2

*Processo de Conhecimento*

9.<sup>a</sup> edição revista, atualizada e ampliada

EDITORA   
REVISTA DOS TRIBUNAIS

# SUMÁRIO

PREFÁCIO À 9. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	7
PREFÁCIO À 8. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	9

## Vol. 2

### I – DOS SUJEITOS DO PROCESSO

1. Introdução .....	23
2. Do juiz .....	23
3. Conceitos de parte e de capacidade processual .....	26
4. Análise do conceito de parte .....	28
5. As regras do Direito Civil no tema da capacidade e o Direito Processual Civil .....	28
6. Conceitos de parte, parte legítima e parte vencedora .....	30
7. Capacidade processual e capacidade de ser parte .....	32
8. Princípios regentes do tema das partes .....	34
9. Representação dos incapazes. Necessidade de integração da capacidade processual .....	35
10. Regime jurídico dos incapazes no Direito Processual Civil .....	37
11. O incapaz sem representante legal .....	39
12. A colisão de interesses do incapaz e do representante (art. 9.º, I) .....	39
13. A figura do curador especial .....	42
14. A capacidade processual do marido e da mulher .....	51
15. Forma de ser sanado o vício de incapacidade .....	55

### II – REPRESENTAÇÃO EM JUÍZO DAS PESSOAS JURÍDICAS

16. Noções gerais .....	59
17. A representação da União .....	61
18. A representação dos Estados-federados .....	64
19. A representação dos Municípios .....	65
20. A representação do Distrito Federal .....	66

21.	A representação dos Territórios .....	66
21-A.	A representação das autarquias e demais entidades e caráter público criadas por lei .....	66
22.	A representação das pessoas jurídicas de Direito Privado .....	67
23.	A representação das paróquias da Igreja Católica .....	70

### III – REPRESENTAÇÃO DOS ENTES DESPERSONALIZADOS

24.	Introdução .....	71
25.	A representação da massa falida .....	71
26.	A representação das heranças jacente e vacante .....	72
27.	A representação do espólio .....	72
28.	A representação dos condomínios e outras modalidades .....	74

### IV – DO LITISCONSÓRCIO

29.	Conceito de litisconsórcio .....	76
30.	Classificação do litisconsórcio quanto ao momento de sua formação .....	77
31.	Classificação do litisconsórcio quanto à obrigatoriedade ou não de sua formação (arts. 46 e 47). Litisconsórcio multitudinário (art. 46, parágrafo único) ...	77
32.	Classificação do litisconsórcio quanto à sorte no plano do Direito Material ....	79
33.	Classificação do litisconsórcio quanto à posição, subjetiva ativa ou passiva, dos litisconsortes no processo .....	80
34.	Litisconsórcio facultativo (noções gerais) .....	81
35.	Litisconsórcio facultativo baseado na comunhão de direitos ou de obrigações, tendo em vista a lide (art. 46, I) .....	83
36.	Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de fato (art. 46, II) .....	84
37.	Litisconsórcio facultativo baseado na identidade de fundamentos de direito (art. 46, II) .....	84
38.	Litisconsórcio facultativo baseado na conexão de causas (arts. 46, III, e 103) .....	84
39.	Litisconsórcio facultativo baseado na afinidade de questões (art. 46, IV) .....	85
40.	Litisconsórcio necessário (noções gerais) (art. 47) .....	89
41.	Litisconsórcio unitário (noções gerais) (art. 47) .....	93
41-A.	A posição do sócio em demanda contra a sociedade e a figura do litisconsórcio .....	95
42.	Regime jurídico fundamental e especial do litisconsórcio .....	105
42-A.	A figura do litisconsórcio no procedimento sumário e fora do sistema do CPC .....	111

## V – DA ASSISTÊNCIA

43.	Noções gerais acerca do instituto da assistência .....	115
44.	Influência do processo na esfera jurídica do assistente simples e do assistente litisconsorcial .....	118
45.	Aspectos comuns entre a assistência simples e a assistência litisconsorcial ....	121
46.	A posição do assistente no processo .....	125
47.	A sentença, o assistente simples e o assistente litisconsorcial .....	126
48.	A atividade do assistente .....	128
49.	Limites à atividade do assistente .....	129
50.	Os processos que ensejam a intervenção do assistente .....	131
51.	O incidente de admissibilidade do assistente .....	132
51-A.	A assistência no procedimento sumário fora do sistema do CPC .....	134

## VI – DA OPOSIÇÃO

52.	Colocação no instituto .....	136
53.	Pressupostos de admissibilidade da oposição. Implicações da oposição admitida .....	137
54.	Processos que admitem e não admitem oposição .....	138
55.	Os momentos de oferecimento da oposição e as repercussões no procedimento .....	140
56.	O processamento da oposição .....	141
57.	A posição dos opostos em relação ao oponente .....	142
58.	A autonomia dos opostos .....	142
59.	Os pressupostos processuais e as condições da ação na oposição .....	143
60.	O indeferimento do pedido de oposição .....	143
61.	A sentença da oposição .....	143

## VII – DA NOMEAÇÃO À AUTORIA

62.	Noções necessárias à compreensão do instituto .....	146
63.	Definição .....	146
64.	Legitimação para a nomeação e procedimento .....	149
65.	A aceitação ou a recusa do nomeado pelo autor .....	151
66.	A aceitação ou a recusa do nomeado .....	151
67.	A responsabilidade por perdas e danos .....	152

## VIII – DA DENUNCIÇÃO DA LIDE

68.	Noções gerais .....	154
-----	---------------------	-----

69.	A hipótese do art. 70, inc. I.....	159
70.	A hipótese do art. 70, inc. II .....	161
71.	A hipótese do art. 70, inc. III .....	164
72.	O ingresso do denunciado .....	171
73.	A posição do litisdenunciado .....	173
74.	O comparecimento ou não do denunciado pelo autor .....	175
75.	O comparecimento ou não do denunciado pelo réu .....	176
76.	As conseqüências da denunciação .....	180
77.	A denunciação da lide no procedimento sumário, na execução e na cautelar ..	181

## IX – DO CHAMAMENTO AO PROCESSO

78.	Finalidade do chamamento ao processo .....	186
79.	As hipóteses de chamamento ao processo (art. 77, I) .....	187
80.	Art. 77, II .....	189
81.	Art. 77, III.....	189
82.	Procedimento para o chamamento .....	190
83.	Efeitos do chamamento .....	191
84.	Hipóteses de não admissibilidade do chamamento .....	191

## X – DA PETIÇÃO INICIAL

85.	Ajuizamento, distribuição e registro da petição inicial .....	198
86.	Forma da ação, da contestação, da reconvenção e da oposição .....	202
87.	Petição inicial e libelo .....	205
88.	Conteúdo lógico-jurídico da petição inicial .....	212
89.	A forma da petição inicial em nosso Direito .....	212
90.	O conteúdo da petição inicial. Declaração de vontade e declaração de ciência nela contidas .....	213
91.	Funções preparatórias e definitivas da petição inicial .....	213
92.	Do pedido .....	213
93.	Deferimento e indeferimento da petição inicial .....	218

## XI – DAS COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS

94.	Considerações introdutórias .....	227
95.	Da citação .....	228
96.	Conceito de citação. Peculiaridades .....	235
97.	Dos efeitos da citação .....	237
98.	A falta de citação .....	239

99.	A nulidade da citação .....	241
100.	O comparecimento do interessado .....	242
101.	Destruição dos efeitos da citação .....	243
102.	Distinção entre propositura da ação e prazo para apresentação da defesa .....	243
103.	A citação é ato judicial .....	243
104.	Como se realiza a citação .....	244
105. ◉	Das intimações .....	245
105-A.	A transmissão de dados nos atos processuais (Lei 9.800/99) .....	254

## XII – DA RESPOSTA DO RÉU

106.	Introdução .....	259
107.	Analogia existente entre o direito de ação e o direito de defesa .....	261
108. ◉	Função processual da contestação .....	263
109.	Contestação e conceito de questão de fato ou de direito .....	264
110.	Contestação e seu conteúdo processual .....	264
111.	Considerações introdutórias acerca das exceções .....	268
112.	As exceções, as preliminares e o princípio da eventualidade .....	269
113.	A exceção de incompetência .....	270
114.	A exceção de suspeição .....	271
115.	A exceção de impedimento .....	271
116.	A distinção entre suspeição e impedimento .....	271
117.	O procedimento da exceção de incompetência .....	272
118.	O procedimento da exceção de suspeição e impedimento .....	273
119.	O problema da não alegação no prazo .....	275
120. ◉	Da reconvenção .....	276
121.	A reconvenção no Direito brasileiro, especialmente .....	277
122.	A autonomia da reconvenção .....	279
123.	A reconvenção e o procedimento sumário .....	281
124.	A ação declaratória incidental, como espécie da resposta do réu .....	282

## XIII – DA REVELIA

125.	Introdução .....	288
126.	A revelia no sistema do Código de Processo Civil e seus aspectos capitais ....	289
127.	Revelia e litisconsórcio .....	294
128.	Revelia e assistência .....	294
129.	Revelia e reconvenção .....	295
130.	Revelia e julgamento antecipado da lide .....	295

131.	A revelia e os procedimentos especiais .....	296
132.	A revelia nos processos cautelar e de execução .....	298
133.	Revelia e incompetência .....	299
134.	Revelia e a citação ficta .....	299

#### XIV – DA MODIFICAÇÃO DO LIBELO

135.	Introdução .....	302
136.	A modificação do libelo e suas implicações no problema de identificação das ações .....	302
137.	Os arts. 264 e 294 do CPC. Distinção .....	303
138.	Tipo de prestação jurisdicional e modificação da demanda .....	304
139.	Mudança dos fatos e mudança do direito .....	304
140.	Alteração do pedido e concordância do réu. Momento preclusivo .....	305
141.	Emenda do libelo .....	305

#### XV – DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

142.	Idéias gerais .....	309
143.	A suspensão necessária do processo .....	309
144.	A suspensão facultativa do processo .....	312
145.	A suspensão do processo e os atos urgentes .....	312

#### XVI – DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

146.	Providências preliminares .....	314
147.	Introdução ao julgamento conforme o estado do processo .....	316
148.	Da extinção do processo sem julgamento de mérito .....	317
149.	O inc. I do art. 267 .....	318
150.	O inc. II do art. 267 .....	319
151.	O inc. III do art. 267 .....	320
152.	O inc. IV do art. 267 .....	321
153.	O inc. V do art. 267 .....	322
154.	O inc. VI do art. 267 .....	322
155.	O inc. VII do art. 267 .....	323
156.	O inc. VIII do art. 267 .....	324
157.	O inc. IX do art. 267 .....	326
158.	O inc. X do art. 267 .....	326
159.	O inc. XI do art. 267 .....	327

160.	As conseqüências comuns aos diversos casos de encerramento do processo sem julgamento de mérito .....	327
161.	O conteúdo do saneamento .....	327
162.	O saneamento do processo .....	329
163.	Julgamento antecipado da lide .....	331
164.	Casuísmo em torno do julgamento conforme o estado do processo .....	332
164-A.	Tutela antecipatória .....	334
164-B.	Linhas gerais “conjugadas” na evolução do direito material e do direito processual, tendo em vista as obrigações de fazer, de não fazer e de entrega de coisa e a efetividade do processo .....	368
164-C.	As dificuldades no <i>efetivo cumprimento/satisfação</i> das obrigações de fazer, de não fazer e de entrega de coisa .....	372
164-D.	Traços fundamentais dos arts. 461 e 461-A, com a redação das Leis 8.952, de 13.12.1994, e 10.444, de 07.05.2002 .....	374

## XVII – CONCEITO JURÍDICO DA PROVA

165.	Generalidades .....	378
166.	A prova e o problema da verdade .....	379
167.	A prova legal e a limitação do juiz .....	380
168.	↪ Noção do conceito de prova .....	381
169.	Da prova nas hipóteses de julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do processo .....	382
170.	Do julgamento antecipado da lide .....	383
171.	Rápida referência ao Direito Civil .....	384
172.	O art. 227 do Código Civil em confronto com o art. 401 do CPC .....	385
173.	A validade de documento entre as partes e terceiros. O documento, sua data e dúvida a respeito .....	386
174.	A prova vista sob o prisma dos efeitos que provoca .....	387
175.	A atividade probatória e a sentença .....	388

## XVIII – A PROVA E OS PRINCÍPIOS REGENTES DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

176.	A prova e o princípio dispositivo .....	392
177.	A prova e o princípio da oralidade .....	393
178.	O subprincípio da identidade física do juiz .....	394
179.	O subprincípio da concentração dos atos processuais .....	396
180.	O subprincípio da imediatidade .....	396
181.	O subprincípio da irrecorribilidade em separado ( <i>rectius</i> , por apelação) das interlocutórias .....	397



182.	O debate oral .....	399
------	---------------------	-----

### XIX – CLASSIFICAÇÃO GERAL DAS PROVAS

183.	Classificação das provas .....	401
184.	Classificação das provas tendo em vista o sujeito .....	401
185.	Classificação das provas tendo em vista o objeto .....	402
186.	Classificação das provas tendo em vista a forma .....	405

### XX – ÔNUS DA PROVA

187.	Introdução .....	407
188.	Distinção entre ônus e obrigação .....	408
189.	O ônus perfeito e o ônus imperfeito .....	408
190.	Correlação do ônus da prova com os princípios dispositivo e inquisitório .....	409
191.	A convenção das partes na distribuição do ônus da prova .....	410
192.	A sentença, o raciocínio do juiz e a função do ônus da prova .....	411
193.	Momento do funcionamento do ônus .....	411
194.	Fundamentos da repartição do ônus da prova .....	412
195.	O ônus da prova e a revelia .....	412
196.	A confissão e o ônus da prova .....	413
197.	A falsidade de documento e o ônus da prova .....	413
198.	A alegação de fato modificativo, impeditivo ou extintivo e o ônus da prova ..	414

### XXI – MOMENTOS DA PROVA

199.	Introdução .....	417
200.	Especificamente os momentos da prova .....	417
201.	Procedimentos probatórios especiais .....	419
202.	Os momentos da prova no procedimento sumário .....	419

### XXII – DA PROVA DOCUMENTAL

203.	Generalidades .....	422
204.	Definição de documento .....	423
205.	Os autores intelectual e material do documento .....	423
206.	O conteúdo e a eficácia do documento .....	423
207.	A forma como sendo da substância do documento .....	425
208.	O documento, em regra, é prova preconstituída .....	427
209.	Classificação dos documentos. Aspectos gerais .....	427
210.	Os documentos e a autenticidade .....	429

211.	O documento e a extensão subjetiva de sua validade .....	430
212.	As autoridades que são autoras materiais dos documentos .....	430
213.	Instrumentos e documentos particulares. Distinção específica .....	431
214.	Documento e sua data .....	431
215.	Validade, autenticidade e nominalidade do documento. Distinção .....	431
216.	O valor probante dos documentos .....	432
217.	Da exibição de documento ou coisa. Generalidades .....	435
218.	Espécies da ação de exibição e fundamento jurídico ao direito à exibição .....	436
219.	Das partes e de sua legitimidade .....	436
220.	Os limites da ação de exibição de documento ou coisa .....	436
221.	A recusa fundada de exibição .....	437
222.	Efeitos sobre a parte, tendo em vista a não exibição .....	437
223.	Efeitos sobre terceiros, tendo em vista a não exibição .....	438
224.	Dos recursos .....	438
225.	A produção da prova documental e o procedimento .....	438

### XXIII – DA PROVA TESTEMUNHAL

226.	Esboço teórico a respeito da prova testemunhal .....	444
227.	Testemunha e parte. Distinção .....	445
228.	Testemunha e perito. Distinção .....	445
229.	Do valor da prova testemunhal .....	445
230.	A técnica de inquirição .....	446
231.	O sujeito da prova testemunhal .....	447
232.	Conceito de testemunha .....	448
233.	Da obrigação de testemunhar .....	449
234.	Quem pode ser testemunha .....	450
235.	Obrigações e direitos da testemunha .....	453
236.	Do pedido e da admissibilidade da prova testemunhal .....	454
237.	Procedimento da prova testemunhal .....	455
238.	Local em que devem ser ouvidas as testemunhas .....	460
239.	A substituição de testemunhas .....	460

### XXIV – DO DEPOIMENTO PESSOAL

240.	Idéias gerais – § 1.º Interrogatório livre e depoimento pessoal (propriamente dito). Diversidade de regimes jurídicos .....	463
241.	Definição .....	468
242.	Escusa de depor e aplicação da pena de confesso .....	469

243.	Procedimento do depoimento pessoal – § 1.º Restrições a certos fatos (art. 347) .....	471
244.	Depoimento pessoal e confissão .....	472

## XXV – DA CONFISSÃO

245.	Escorço teórico sobre a confissão .....	475
246.	Conceito de confissão .....	476
247.	Elementos da confissão .....	477
248.	Espécies de confissão .....	480
249.	Efeitos da confissão .....	480
250.	Divisibilidade e indivisibilidade da confissão .....	480
251.	Aspectos principais da confissão em nosso Direito positivo .....	481
252.	Revogação da confissão .....	482

## XXVI – DA PROVA PERICIAL

253.	Conceito de perícia .....	484
254.	Do cabimento da prova pericial .....	484
255.	Momento do pedido da prova pericial .....	487
256.	O juiz e o resultado da perícia .....	488
257.	Perícia. Requisitos e realização .....	489
258.	A perícia e o perito .....	495
259.	O perito e a sua responsabilidade .....	496

## XXVII – DA INSPEÇÃO JUDICIAL

260.	Idéias gerais .....	499
261.	A participação de peritos na inspeção .....	500
262.	A presença das partes na inspeção .....	501
263.	A documentação da inspeção .....	501

## XXVIII – INDÍCIOS E PRESUNÇÕES

264.	Diferença entre prova direta e indireta .....	503
265.	Distinção entre presunção <i>hominis</i> e presunção legal .....	504
266.	Presunção .....	505
267.	Espécies de presunção .....	505
268.	As presunções legais. Aspecto histórico .....	507
269.	As presunções do homem .....	508

270.	Valoração das presunções do homem .....	508
271.	A presunção do homem e a prova contrária .....	509
272.	A prova <i>prima facie</i> .....	509
273.	A prova <i>prima facie</i> e o problema do ônus da prova .....	511

## XXIX – DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

274.	Introdução .....	512
275.	Da conciliação .....	513
276.	Problemas teóricos em torno da audiência .....	517
277.	Atos que antecedem a audiência .....	519
278.	O adiamento da audiência .....	519
279.	Audiência e o problema do cerceamento de defesa .....	519
280.	Audiência e o comparecimento do Ministério Público .....	520
281.	Audiência e a identidade física do juiz .....	521
282.	A audiência de instrução no procedimento sumário .....	522

## XXX – DA SENTENÇA

283.	Generalidades sobre sentença .....	529
284.	A sentença e as oportunidades em que pode ser proferida .....	531
285.	A fundamentação da sentença e as lacunas da lei .....	533
286.	Natureza jurídica da sentença .....	536
287.	Efeitos da sentença .....	536
288.	Sentenças processuais e de mérito .....	537
289.	Sentenças classificadas por sua eficácia .....	538
290.	Sentença declaratória .....	538
291.	Sentença constitutiva .....	539
292.	Sentença condenatória .....	542
293.	Sentenças mandamentais .....	542
294.	Sentenças dispositivas .....	545
295.	Sentenças complexas .....	547
296.	A sentença: sua intelecção e seus elementos .....	547
297.	Relatório .....	548
298.	A sentença e a respectiva fundamentação .....	549
299.	A essencialidade do conteúdo decisório da sentença .....	551
300.	A sentença <i>infra</i> ou <i>citra petita</i> .....	552
301.	A sentença <i>extra petita</i> .....	554
302.	A sentença <i>ultra petita</i> .....	557

303.	A sentença e o julgamento em face de pedido genérico .....	558
304.	A sentença enfocada em face dos mais comuns problemas de Direito inter-temporal .....	558
	ÍNDICE LEGISLATIVO .....	569
	ÍNDICE ONOMÁSTICO .....	595
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....	603
	OBRAS DO AUTOR .....	653